

**NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES: NOTAS PRELIMINARES
SOBRE O CASO BRASILEIRO**
**GUILHERME AUGUSTO CABREIRA¹; AMÓS JUVÊNCIO PEREIRA DE
MOURA²**
; TIARAJU SALINI DUARTE³

¹Universidade Federal de Pelotas – cabreiragui@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ajpereirademoura@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – tiaraju.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A década de 1950 marca o período em que o Estado brasileiro emprega esforços substanciais para efetivar seu processo de industrialização, a internacionalização de sua economia e a inserção intensiva e subordinada do país no capitalismo mundial. Para que tais objetivos fossem alcançados, o governo brasileiro, sobre a presidência de João Café Filho, lança em 17 de Janeiro de 1955 a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), iniciativa responsável por orientar o país rumo à sua internacionalização, criando condições institucionais favoráveis ao aporte do capital internacional em território brasileiro.

Segundo Caputo e Melo (2009) e Maciel (2014), a instrução 113 representa um novo paradigma na política econômica brasileira, na medida em que subordina de forma crescente a economia nacional ao capital internacional, que assume o controle mediante o financiamento de parcela significativa do processo de industrialização do país, obtendo cada vez mais protagonismo no interior do tripé capital estatal-capital nacional-capital internacional, base do processo de desenvolvimento industrial nacional.

A entrada massiva de capital internacional intensifica-se ao longo dos sucessivos anos e governos, encontrando na ditadura empresarial-militar brasileira terreno fértil para a sua reprodução ampliada, submetendo a economia brasileira às regras do capitalismo monopolista, reconstruindo as relações de dependência entre centro e periferia, agora sobre novas bases (Maciel, 2014). Segundo Cislighi (2019) foi durante o período ditatorial que o Brasil entrou definitivamente na fase monopolista do capitalismo, na medida em que os processos de concentração e centralização do capital apresentavam predomínio do capital internacional na forma de Investimentos Externos Diretos (IEDs), dos monopólios e do capital financeiro, elementos centrais da fase imperialista do capitalismo.

Entretanto é durante a década de 1990 que temos a intensificação da chegada do capital internacional em território brasileiro, através de IEDs, comprando as estruturas privatizadas através do Plano Nacional de Desestatização, sobretudo nas gestões Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, esta pesquisa busca avaliar a relação entre neoliberalismo e privatizações no Brasil, compreendendo as transformações políticas e econômicas que o país atravessou a partir da década de 1990.

2. METODOLOGIA

Por ser tratar de um trabalho teórico, a análise dos referenciais basilares foi feita mediante o recurso metodológico chamado análise de conteúdo, que é composta por uma variedade de técnicas, aplicadas buscando extrair e

sistematizar o conteúdo textual. Portanto a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) é feita mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A O processo de exportação de capitais sobre a forma de IEDs é identificado por Lênin (1986); Hilferding (1985) e Bukharin (1984) como característica fundamental do capitalismo em sua fase monopolista. A teoria clássica do imperialismo argumenta que ao atingir o seu maior grau de desenvolvimento o capitalismo evolui para a sua fase superior, o imperialismo. Através da sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin identifica os pilares de sustentação do capitalismo em seu novo grau de desenvolvimento, colocando em evidência o papel central dos monopólios, do capital financeiro e da exportação de capitais, expressões predominantes deste momento do modo de produção capitalista.

Como demonstramos anteriormente, foi durante a ditadura militar que o capitalismo monopolista cria raízes no Brasil e o investimento do capital internacional aumenta exponencialmente, pois os dados do Banco Central mostram com base no valor do dólar de dezembro de 1985 o salto quantitativo que atinge “956 milhões de dólares no período 1951-1960 para 2,12 bilhões na década seguinte (1961-1970), 12,3 bilhões entre 1971-1979 e nada menos que 9,49 bilhões apenas entre 1980 e 1984.” (MACIEL, 2014, p.68).

O processo responsável por criar as condições necessárias para inserir de forma subordinada o Brasil na economia mundial é continuado, encontrando seu ápice na década de 1990, que transforma substancialmente estes processos devido à chegada do neoliberalismo no Brasil. Este receituário político-econômico na sua versão para a América Latina é apresentado no encontro realizado em novembro de 1989 em Washington, capital dos Estados Unidos, formalizado como Consenso de Washington. As diretrizes desta nova economia política possuíam o objetivo de reduzir o papel do Estado através das privatizações, disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira, comercial e investimentos externos diretos (Gennari, 2001).

A aplicação do neoliberalismo no Brasil é garantida pelo radical processo de abertura comercial e a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) através da lei nº 8031 de 12 abril de 1990 durante o governo Fernando Collor, que buscava acelerar o processo de privatizações das empresas estatais (Gennari, 2001). A desestatização consiste na venda de ativos públicos ou a transferência da prestação de serviço público à iniciativa privada por prazo determinado. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua tanto na estruturação dos projetos de desestatização como no apoio financeiro aos vencedores dos leilões. Entretanto, tais políticas são intensificadas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que torna as ações governamentais refém do capital financeiro internacional.

Esta forma de gestão do desenvolvimento econômico apoia-se na abertura da economia nacional privilegiando o capital internacional, que atua mediante IEDs, comprando os elementos que foram privatizados, leiloados por órgãos ligados a União e os governos em suas esferas estaduais. Este movimento de aplicação de capitais torna-se extremamente rentável, sobretudo nos países que se encontram na periferia do sistema, na medida em que o investimento

necessário para a instalação é superado pelas altas taxas de lucro obtidas através de condições históricas de atraso e desenvolvimento desigual (GONÇALVES, 1984).

As políticas econômicas baseadas nas privatizações, ou desestatização, segundo a denominação utilizada pelos órgãos responsáveis por sua aplicação, avançam de forma quantitativa com relação aos segmentos leiloados para a iniciativa privada. Segundo dados fornecidos pelo BNDES (2002), entre 1900 e 1994, os investidores diretos envolvidos nas aquisições de estruturas leiloadas eram representados majoritariamente (36%) por empresas nacionais, entretanto, anos posteriores essa realidade apresentaria configurações distintas com relação ao seu primeiro período.

No período competente aos anos de 1995 a 2002, após a ascensão do governo do PSDB, o governo atribuiu ao Programa Nacional de Desestatização (PND) uma maior prioridade, utilizando-o como uma ferramenta de reestruturação da gestão econômica brasileira, amparado em preceitos ideológicos fundamentados sobre uma base neoliberal (BNDES, 2002). O fator explicitado anteriormente difere com respeito a uma variável em relação ao período inicial do processo de privatizações em curso no Brasil, a presença cada vez maior de capital internacional sendo aplicado de forma direta no território brasileiro, pois neste período, o capital estrangeiro, representou segundo o BNDES (2002) 53% dos investimentos.

Os anos 90 representam o período de aumento significativo de investimentos externos diretos no Brasil, base do processo de reestruturação econômica baseada na abertura da economia para o capital internacional, acarretando em um aumento brutal da desnacionalização da economia em importantes segmentos (BENETTI, 2000). O processo de desnacionalização da economia brasileira ocasionado pela entrada massiva de capital internacional atingiu setores que são extremamente estratégicos para o desenvolvimento de uma economia soberana frente ao cenário das disputas da hegemonia econômica mundial. Este fenômeno configura-se como um processo pelo qual grupos internacionais adquirem uma parcela significativa da economia nacional mediante estratégias que permeiam desde (I) compra de empresas nacionais por grupos estrangeiros; (II) concorrência que esses grupos fazem às companhias nacionais, desalojando-as do mercado; (III) ocupação de setores dinâmicos da economia por capitais estrangeiros (SANDRONI, 1999).

4. CONCLUSÕES

Até o estágio em que desenvolvemos a pesquisa, foi possível observar o papel fundamental do Plano Nacional de Desestatização no processo de entrega do patrimônio nacional para a capital internacional, que chega ao Brasil através dos Investimentos Externos Diretos. A “modernização” do Estado Brasileiro que é aplicada através das ideias do Neoliberalismo foi responsável por intensificar os processos de privatizações, amparado na diminuição do papel do Estado enquanto instituição responsável por organizar a política econômica e industrial do país, que agora passa a ser entregue para a iniciativa privada.

A particularidade das análises aqui feitas consiste no fato de que observamos nestes processos características marcantes do capitalismo na sua fase imperialista, como os Investimentos Externos Diretos, que é o mecanismo em que os países centrais utilizam para dominar economicamente as economias periféricas, como é o caso do Brasil. Portanto, compreendemos o processo de privatizações como táticas utilizadas pelo imperialismo em sua fase

contemporânea, exercendo seu domínio agora não mais pela força bélica, mas sim econômica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. In: Faculdade de ciências sociais e humanas. Lisboa: Persona, 1982.

BENETTI, M. D. **Globalização e desnacionalização do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2004.

BUKHARIN, N. I. (1984). **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural

HILFERDING, R. (1985). **O Capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural.

LENIN, V. I. (1986). **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Omega

SANDRONI, P. **NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. São Paulo: Editora Best Seller: 1999.

CAPUTO, A. C; MELO, H. P. A Industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Revista Estudos Econômicos**. vol.39 no. 3 São Paulo July/Sept. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?%20pid=S0101-41612009000300003&script=sci_arttext

GENNARI, A. M. GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL NOS ANOS 90. **Revista PESQUISA & DEBATE**, SP, Volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GONÇALVES, R. A internacionalização da produção: uma teoria geral?. **Revista de Economia Política**, Vol. 4, nº1, janeiro-março/1984.

MACIEL, D. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização no Brasil**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/pnd/Priv_Gov.PDF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Lei nº 8.031, de 13 de abril de 1990. **CRIA O PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (PND), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 abr. 1990